

TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE
**AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E
REARBORIZAÇÃO INTEGRADAS
EM ÁREAS DE REN**

SUJEITAS A PARECER DA CCDRC AO ABRIGO DO N.º 1 DO
ARTIGO 9.º DO REGIME JURÍDICO DAS AÇÕES DE
ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO (RJAAR), NA
REDAÇÃO DADA PELO D.L. N.º 12/2019, DE 21 DE
JANEIRO

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. MODELO DE REQUERIMENTO

1. Apresentação

De acordo com o artigo 21.º do Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR), na redação dada pelo D.L. n.º 12/2019, de 21 de janeiro, que altera o artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, estão sujeitas a parecer da CCDRC, ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do RJAAR, as ações inerentes aos projetos submetidos a autorização do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF I.P.), o qual deve incorporar os princípios e objetivos da REN (nomeadamente através da preservação das respetivas funções, definidas no Anexo I do RJREN), nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 20.º do citado RJREN.

Na presente norma sistematizam-se – sob a forma escrita e de fluxograma – as etapas, passos, conteúdos e responsáveis da tramitação deste tipo de processos.

Esta norma deve ser aplicada de forma sistemática a todos os processos deste tipo em que a CCDRC intervém.

2. Legislação de enquadramento

A presente norma de procedimentos é enquadrada pelos seguintes diplomas legais:

- **Decreto-Lei n.º 166/2008**, de 22 de agosto, na redação dada pelo **Decreto-Lei n.º 124/2019**, de 28 de agosto, que estabelece o RJREN;
- **Decreto-Lei n.º 96/2013**, de 19 de julho, na redação dada pelo D.L. n.º 12/2019, de 21 de janeiro, que estabelece o Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR),

3. Tramitação dos processos

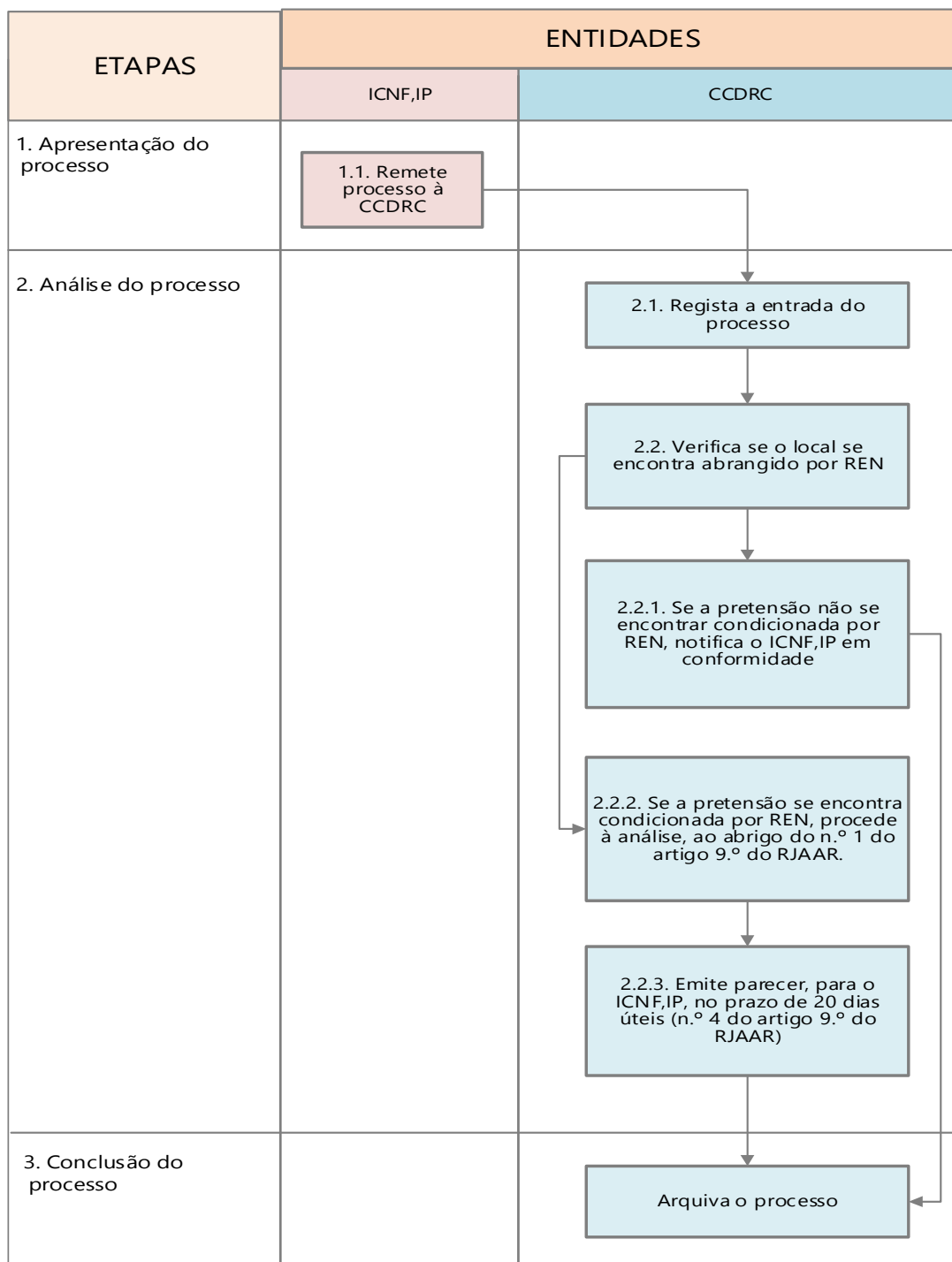
Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideraram-se as principais etapas e passos da tramitação dos processos relativos a arborizações e rearborizações a realizar em áreas da REN sujeitos a parecer da CCDRC.

A numeração adotada referencia cada etapa e passo ao fluxograma que se apresenta no ponto 4 desta norma.

ENQUADRAMENTO LEGAL	ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO
DL n.º 124/2019 DL n.º 96/2013, na redação dada pelo D.L. n.º 12/2019, de 21 de janeiro	<p>1. Apresentação do processo</p> <p>1.1. O ICNF, IP (artigo 9.º do RJAAR) remete à CCDRC o processo relativo à ação de arborização ou rearborização a realizar.</p>
DL n.º 124/2019 DL n.º 96/2013, na redação dada pelo D.L. n.º 12/2019, de 21 de janeiro	<p>2. Análise do Processo</p> <p>2.1.A CCDRC regista a entrada do processo.</p> <p>2.2.A CCDRC verifica se o local se encontra abrangido por REN.</p> <p>2.2.1. Se a pretensão não se encontrar condicionada por esta restrição de utilidade pública, notifica o ICNF, IP em conformidade.</p> <p>2.2.2. Caso contrário, verifica se a pretensão incorpora os princípios e objetivos da REN, designadamente através da preservação das respetivas funções, definidas no Anexo I do RJREN, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do seu artigo 20.º.</p> <p>2.2.3. A CCDRC tem 20 dias úteis (n.º 4 do artigo 9.º do RJAAR) para emitir parecer sobre o pedido, informando o ICNF, IP em conformidade.</p> <p>3. Concluídos os procedimentos anteriores a CCDRC arquiva o processo.</p>

4. Fluxograma da tramitação do processo

4.1. Apresentado na CCDRC pelo ICNF, IP



5. Modelo de requerimento relativo a ações de arborização e rearborização integradas em áreas de REN, disponível no portal da CCDRC em:

ORDENAMENTO / Modelos de Requerimento / Comunicação Prévia REN - Ações de arborização e rearborização (Modelo CCDRC DSOT/DGT - 3/2019)